

A sociogênese e clínica psicanalítica: a proposta ética de Frantz Fanon

Sociogenesis and the psychoanalytic clinic: Frantz Fanon's ethical commitment

Priscilla Souza¹

Universidade de São Paulo (USP)

Miriam Rosa²

Universidade de São Paulo (USP)

RESUMO

O texto aborda a categoria sociogênese a partir do pensamento de Frantz Fanon e Deivison Faustino na interpelação à psicanálise freudiana que considera a perspectiva da ontogênese na investigação das neuroses. Numa aposta ética, recuperamos Fanon, sua obra e prática clínica, para pensarmos a escuta da categoria do sofrimento e as relações raciais, numa escuta que não se esquia dos impasses sociopolíticos na direção do tratamento. Ainda no diálogo sobre o sofrimento psíquico, convocamos elementos trabalhados por Lélia Gonzalez e sua leitura rigorosa e atenta da psicanálise e do sintoma do racismo à brasileira, que nos permite pensar em manejos éticos e radicais para uma psicanálise que não teme ser chamada por seu nome.

Palavras-chave: psicanálise. Frantz Fanon. sociogênese. ética.

ABSTRACT

The text deals with the category of sociogenesis based on the thinking of Frantz Fanon and Deivison Faustino, arguing Freudian psychoanalysis, which considers the perspective of ontogenesis in the investigation of neuroses. In an ethical commitment, we recover Fanon, his work and clinical practice, to think about listening through the category of suffering and race relations, a kind of listening that does not evade socio-political impasses in the direction of treatment. Also in the dialogue on psychic suffering, we bring to the debate elements worked on by Lélia Gonzalez and her rigorous and attentive reading of psychoanalysis and the symptom of Brazilian racism, which allows us to think about ethical and radical approaches for a psychoanalysis that is not afraid to be called by its name.

¹E-mail: scilla.santos@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9031-8068>.

²E-mail: debieux@terra.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9518-0424>.



Keywords: psychoanalysis. Frantz Fanon. sociogenesis. ethics.

Escrevo esse texto com as mancadas e faltas existentes de uma teoria e de uma clínica que se inscreveu na renúncia dos estudos das relações raciais - como a psicanálise - mas também na aposta das encruzilhadas com outras teorias, clínicas e movimentos, como aqueles onde Exú cria confusões e saídas, nos encantos, onde ele transforma a forma dos seres e deforma a norma com os seus poderes.

Esse trabalho, que tem se desenvolvido a partir da recuperação histórica e articulação entre a psicanálise e a sociogênese fanoniana, acompanha o trabalho de Deivison Mendes Faustino (2020). Logo no início da obra *Pele Negra Máscaras Brancas*, Fanon faz um comentário elogioso a Freud por ter acrescentado o fator individual, a ontogênese e, conseqüentemente, por pensar fora dos padrões ‘universalistas’ e biologicistas da mente, substituindo a tese filogenética e é pela psicanálise que Freud rompe a tendência constitucionista na psicologia do fim do século XIX (Fanon, 2008, p.28).

Entretanto, para além da filogenia e da ontogenia, Fanon reivindica a sociogenia para pensar o que ele nomeia como sociodiagnóstico.

Veremos que a alienação do negro não é apenas uma questão individual. Ao lado da filogenia e da ontogenia, há a sociogenia. (...) digamos que o que pretendemos aqui é estabelecer um sóciodiagnóstico... (...). É pelo homem que a Sociedade chega ao ser. O prognóstico está nas mãos daqueles que quiserem sacudir as raízes contaminadas do edifício (Fanon, 2008, p. 28).

Fanon reivindica que, para pensar os efeitos do racismo na constituição subjetiva, é necessário se utilizar da psicologia – mais propriamente da psicanálise. A necessidade de compreender as dimensões econômicas, políticas e sociais são primordiais para entender a interiorização dos efeitos da dominação e as especificidades desses efeitos no sofrimento diante das formas de laços sociais. Para isso, é imprescindível pensar os processos pelos quais o colonialismo se constitui, seus efeitos e suas implicações traumáticas

para a subjetividade. São efeitos que se tornam inteligíveis quando tomados através de suas determinações historicamente concretas: a modernidade capitalista e a sua necessidade de converter o que é genuinamente humano em objeto de sua acumulação. Ainda sim, para Fanon (2008), esta “tomada de consciência” deveria ser pautada por uma análise que ultrapassa a dimensão meramente econômica da dominação.

Quais são as inflexões de Fanon para a prática clínica psicanalítica? Quais contribuições a perspectiva de Sociogênese em Fanon oferece para reconfiguração da categoria de sofrimento sociopolítico e mal-estar na cultura/civilização abordada pela psicanálise?

Fanon ressalta o quanto o racismo e a racialização - implícitos a situação colonial - são partes de um processo maior de dominação: a violência - ‘parteira da história’ - e a desigual expansão das relações capitalistas de produção para o mundo não europeu: “o racismo não é um todo, mas o elemento mais visível, mais cotidiano, para dizermos tudo, em certos momentos, mais grosseiro de uma estrutura dada”. (Fanon, 1969, p. 35).

É o laço social e a hierárquica contraposição binária entre Branco x Negro - racializados e não racializados socialmente – contraposição essa que, na análise fanoniana, é assumida por colonizador e colonizado como identidades fixas e essenciais. Identidade que molda de forma empobrecedora a percepção de si e do mundo. O mundo colonial é um mundo congenitamente cindido, e a separação entre os pólos é mantida pela força das armas (Fanon, 2010).

Diferentemente do que ocorre na metrópole - onde a exploração econômica dos trabalhadores é mascarada pelas pretensas ideias de unidade nacional, superioridade racial ou até mesmo democracia - nas colônias a dominação não pode ser disfarçada e se expressa de maneira irrestrita, inviabilizando qualquer movimentação política que se aproxime de uma sociedade civil. Diante da situação colonial, a violência dispensa a necessidade de legitimação, já que o Outro - que não é mais visto nem tratado como extensão do meu eu, apenas um outro coisificado e

“inessencial” - só aparece como predicado dos desejos e gozos do colonizador.

A posição de Fanon – a partir desse método intitulado de sociogênese – permite perceber o quanto essa prática de negação da humanidade não apenas se restringiu aos territórios colonialmente ocupados, mas também se configurou como eixo estruturante da própria modernidade, como ele próprio enfatiza: “Sim! A civilização europeia e seus representantes mais qualificados são responsáveis pelo racismo colonial” (Fanon, 2008, p. 88-89)

Ao produzir uma sociogênese não só da loucura, mas também do racismo, Fanon adentra à produção do sujeito no sistema colonial e na contemporaneidade. No âmbito da construção deste sujeito, não é possível separar a clínica da luta social. Situamos o louco e a loucura, tal como o negro, segregados na esterilidade e na aridez sociais extremas. Fanon pretende ir além das contribuições de Freud sobre a necessidade de considerar o indivíduo. A categoria da sociogênese interroga a loucura e a liberdade. Para Fanon, a primeira é um sintoma da perda da última.

Não é uma liberdade circunstancial, concedida apenas a nós, que queremos; é a absoluta adoção do princípio de que nenhum homem, nascido vermelho, preto ou branco, possa ser propriedade de outro.

Essa epígrafe é parte de uma carta de Toussaint Louverture de 1799, líder da revolução haitiana, no contexto de uma resposta a Napoleão Bonaparte que, em sua proposta de acordo de paz com os haitianos, queria obrigar a inscrever nas bandeiras do país: “Bravos negros, lembrem-se de que somente a França reconhece a liberdade e a igualdade dos vossos direitos” (Haider, 2019, p. 143).

A liberdade foi considerada pelos pensadores iluministas como o maior valor político, inalienável, supremo e universal. Entretanto, a escravização nas colônias permaneceu, no mesmo período, permitindo o esquecimento teórico e prático do tema da liberdade dos escravos negros em África ou na diáspora. Entretanto, a radicalidade dos ideais franceses foi considerada na constituição e na prática haitiana. Não ironicamente, essa prática forneceu as

bases para a teorização da dialética do senhor e do escravo em Hegel, base das discussões de universalidade contemporâneas, como nos apresenta Susan Buck-Morss (2017) em *Hegel e o Haiti*.

Ainda na perspectiva Fanoniana de convocação à psicanálise, o que seria darmos um passo a partir da ontogênese? O que o conceito de sociogenia pode contribuir para pensarmos a psicanálise? Sobre isso, escutemos Fanon: Se o prognóstico “está nas mãos daqueles que quiserem sacudir as raízes contaminadas do edifício” (Fanon, 2008, p. 28), quais são nossos alicerces?

Avançando para o período pós segunda guerra, destacamos a contribuição de Frantz Fanon em *Pele negra, máscaras brancas* (2008). Ela escancara os efeitos de um mundo dominado econômica e politicamente pelos brancos e seus efeitos ideológicos hegemônicos onde o homem universal – ideal a ser atingido – é um ser branco, eurocêntrico, que de antemão a mulher negra ou o homem negro não alcançará, mas deve tê-lo como objetivo em uma sociedade racializada. “O branco incita-se a assumir a condição de ser humano” (Fanon, 2008, p. 27) e é assim que, para esse autor, “a alienação do negro não é apenas uma questão individual” (p. 28).

Nessa articulação, convidamos Lélia Gonzalez (1935-1994), filósofa e antropóloga brasileira, militante do movimento negro e feminista. A autora aponta que o mito da democracia racial como discurso é o sintoma que oculta um problema mais profundo, da ordem da cultura (p. 191). Acrescenta em *Lugar de negro* (1982), que “o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira”, diz (p. 191).

A partir do racismo tomado como sintoma na cultura brasileira e articulado com o sexismo apresentado pela filósofa, elucidamos aspectos históricos e culturais do laço social no Brasil, pautado pelo autoritarismo e desejo de dominação, produzindo violência especialmente sobre a mulher negra. Nessa concepção, o racismo é componente que abrange a todos os brasileiros (e não apenas os “pretos” e os “pardos” do IBGE) pois são “ladinoamefricanos” (Gonzalez, [1988] 2018, p. 321).

Trata-se de um olhar novo e criativo no enfoque da formação
histórico-cultural do Brasil que, por razões de ordem

geográfica e, sobretudo, da ordem do inconsciente, não vem a ser o que geralmente se afirma: um país cujas formações do inconsciente são exclusivamente europeias e brancas (Gonzalez, [1988] 2018, p. 321).

A autora trabalhará com duas noções centrais: consciência e memória. A primeira aparece em sentido que se pode relacionar com o de ideologia: “como consciência, a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente” (p. 194). A memória seria “o lugar do não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção” (p. 194).

A antropóloga explica que:

Na medida em que é o lugar da rejeição, a consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando memória, mediante imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade. Mas a memória tem suas astúcias, seu jogo de cintura: por isso, ela fala através das mancadas do discurso da consciência (Gonzalez, 2018 [1980], p. 194).

Essas “mancadas”, da linguagem revelam ideologias racistas ocultas através da reprodução do discurso do mito da democracia racial e, conseqüentemente, da reprodução sistemática e estrutural dos laços sociais que se apresenta como racismo por denegação, como nos apresenta a autora, um racismo disfarçado sob a afirmação ideológica da igualdade perante a lei, da democracia racial, da miscigenação. Os seus efeitos estão na historiografia e nos discursos sobre a formação do povo brasileiro, da “cordialidade”, docilidade que quis se inscrever na história dos povos nativos e da diáspora africana na América Latina. Essa falácia, que apresenta uma inexistente harmonia entre os povos e classes, gozando dos mesmos direitos e da mesma possibilidade de participação político-social, esconde a ideologia dominante de profunda hierarquia sócio-racial e permite a manutenção de uma lógica colonial de exploração e violência que se perpetua e, a todo custo, defende manter as estruturas como estão.

Gonzalez (1984) se vale do pensamento lacaniano para a mudança de perspectiva que aborda o racismo como sintoma na cultura brasileira. É a tese de que o racismo no Brasil tem a forma da denegação, ou seja, para a ideia de que a cultura brasileira é negra e ao mesmo tempo se esforça para recusar essa sua característica. Situa o racismo e sexismo como efeito da denegação, por parte da cultura brasileira, do desejo *pelo* negro - desejo em especial pela mulher preta. A denegação do desejo, promove um duplo apagamento, da história da escravidão e do desejo pela mulher e da importância da mãe negra na transmissão dos afetos, da língua e da cultura africana.

A alienação e identificação da classe dominante com os países colonizadores estão presentes na fantasia ideológica dos países colonizados que contribui para a grande aceitação do discurso do mito da democracia racial. Essa é uma “crença” fortemente disseminada no Brasil, de que aqui (lá) não há discriminação racial. A classe dominante dos países colonizados desconsidera e renega as próprias raízes e história, repetindo automaticamente modalidades violentas e discriminatórias de relações sociais advindas da colonização, alimentada pelos benefícios econômicos, pela manutenção da expropriação e pelo gozo de poder, se autorizando a espoliar e humilhar, sem qualquer limite, parte dos cidadãos.

Voltemos à questão do sofrimento. Apesar de ser um termo recorrente na psicanálise, sofrimento não tem estatuto de conceito, sendo expresso através da temática da angústia, do mal-estar, do desamparo, do estranho ou *infamiliar*, assim como pelo eixo constituinte do psiquismo, representado pelo princípio do prazer/desprazer.

Freud se depara com o sofrimento advindo do imperativo categórico da moral sexual e lhe dá estatuto de estrutura, como superego. A partir dessa asserção, promove um vínculo necessário entre a etiologia das neuroses e o imperativo da moral sexual cultural, sem, com isso, invalidar a relação já formulada entre o adoecimento nervoso dos indivíduos e a agitação da modernidade.

É a partir das impossibilidades de uma conciliação entre cultura e pulsão que Freud apresenta uma elástica caracterização do sofrimento e

observamos que o dito ‘processo civilizatório’ demanda cada vez, exigindo cada vez mais, criando impossibilidades e adoecimentos nos processos de humanização. Diante dessa leitura e perspectiva de adaptação iludida – ou podemos chamar de alienada – em sociedade, retomamos Fanon em seu texto na Carta ao Ministro Residente da Argélia, em 1956. Ali ele expõe sua ruptura com a política colonial francesa. Encontramos alguns trechos indispensáveis para pensarmos o sofrimento psíquico e a sociedade, como as instituições e posições abolem ou insistem e reforçam atualizações coloniais e alienantes:

[...] A loucura é um dos meios que o homem possui de perder sua liberdade. Posso dizer que, situado nesta interseção, mesurei com horror a amplitude da alienação dos habitantes deste país.

[...] Se a psiquiatria é a técnica médica que se propõe permitir ao homem deixar de ser estrangeiro em seu ambiente, devo afirmar que o árabe, alienado permanente no seu país, vive num estado de despersonalização absoluta. A condição da Argélia? Uma desumanização sistematizada.

[...] A função de uma estrutura social é edificar instituições permeadas pela preocupação com o homem. Uma sociedade que encurrale seus membros em soluções de desespero é uma sociedade inviável, uma sociedade que deve ser substituída (Fanon, 2021, p. 92, 93 e 94)

Estes trechos - que nos são muito caros e demonstram de forma primorosa e radical o compromisso do psiquiatra martinicano com a luta antimanicomial, e que demonstram também seu compromisso como sujeito histórico e sua práxis revolucionária - nos permitem questionar em que momentos mesmo os saberes que se nomeiam como críticos participam da violência colonial? Essa é uma questão imprescindível para pensarmos a atualidade da psicanálise como conhecimento e do percurso de seus teóricos e de sua práxis, considerando sua origem. Algumas outras questões seguem a essa, como: quais as diferenças clínicas em operar na escuta dos sintomas mas na negação da escuta dos sofrimentos?

Em tempos de tantas críticas e hesitações, frente aos novos campos de pesquisa articulados à psicanálise, destacamos as relações raciais e os efeitos

do colonialismo. Observamos recuos e defesas conservadoras que levam aos mesmos lugares confortáveis e hierárquicos de contribuições embranquecidas da psicanálise. Bairrão (2000) indica que é comum a posição de refúgio nos pensamentos do mestre — leia-se, as escolas de psicanálise. Os considerados autores 'clássicos', destacados e reconhecidos doutores dos saberes - que escondem a incapacidade de suportar o não saber — desconsiderando que, para crescer, é necessário considerar o não saber.

Como afirma Bairrão (2019):

Ora, toda a descolonização promovida por colonos e seus destacamentos étnicos, culturais e religiosos, do ponto de vista da enunciação, é uma recolonização. Por incrível que pareça, esta cristalina obviedade (psicanalítica) frequentemente é desconsiderada por um grande número de personalidades que resolvem deixar passar em branco a sua condição social concreta e supõem inversível o sentido dos seus atos coletivos e particulares, à medida do seu voluntarismo. Este é um modo de dominar “libertando”, uma forma de expiar responsabilidades e culpas históricas e institucionais, mediante a inversão do sentido de uma tutela social historicamente herdada que os responsabilizaria por corrigir os “pecados” dos seus ascendentes (Bairrão, 2019, p. 74 e 75).

Estar atentos às capturas e posições conservadoras, ou vazias, sobretudo de ações práticas, são formas de não permitir novos silenciamentos e manutenção de posições confortáveis que também violentam. Os estranhos, o refúgio vivo, a vida nua do nosso tempo, são aqueles que se deverá apagar, calar, para produzir a ilusão de que estão mortificados, anônimos, imersos num mundo apresentado como ideal e imutável. Sai de cena a história, a transformação social, como forma de abordar o mal-estar. Concordamos com Rosa (2016) em suas considerações que articulam sujeito e política, civilização e barbárie, felicidade e sofrimento, demonstrando seu enodamento. Questão relançada nos dispositivos necessários à escuta clínica do sofrimento sociopolítico. Sendo assim, o tema emerge nas situações de exílio, exclusão, como também, podemos acrescentar, em situações como no racismo em que a história de dominação é negada e o sujeito lançado ao desamparo discursivo e

material. Para contrapor a estratégia de dominação nos cabe mobilizar as táticas clínicas e políticas de resistência e uma delas passa pela articulação da história do sujeito com a história política. Em trajetória moebiana, a História é extima e comparece na trama narcísica e identificatória. Sem a História o sujeito fica assujeitado ao discurso do laço social e as artimanhas de dominação hegemônica.

REFERÊNCIAS

BAIRRÃO, J. F. M. H. (2000). Clínica e Sociedade: o que será um psicanalista? **Formação em Psicanálise**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 7-22.

BAIRRÃO, J. F. M. H. (2019). Máscaras do Conservadorismo em Psicanálise e Possíveis Antídotos. **Clínica & Cultura**, 8(1), 64-77. Recuperado em 10 de setembro de 2021, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2317-25092019000100007&lng=pt&tlng=pt.

BUCK-MORSS, S. (2017). **Hegel e o Haiti**. Tradução de Sebastião Nascimento. 1ª ed. São Paulo: n-1 edições.

HAIDER, A. (2019). **Armadilhas de identidade: raça e classe nos dias de hoje**. São Paulo: Veneta.

FANON. F. (2008) **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA (Trabalho original publicado em 1952).

FANON. F. (2021). **Por uma revolução africana: textos políticos**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar.

FANON. F. (2010). **Os condenados da terra**. Juiz de fora: Ed. UFJF.

FANON. F. Racismo e Cultura. In: **Defesa da Revolução africana**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1969.



GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. (1982). **Lugar de negro**. Rio de Janeiro. Editora Marco Zero, 1982.

GONZALEZ, L. (2018). **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Diáspora Africana: Editora Filhos da África.

GONZALEZ, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível em: <https://edisiplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=3040030&forceview=1>. Acesso em: 13 dez. 2023.

ROSA, M. D. (2016). **A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento**. São Paulo: Editora Escuta / Fapesp.

